

**23/9/1986**

**Entidade da Igreja processará a PM por assassinatos em Leme**

Ricardo Kotscho

São Paulo — O Centro Santo Dias, entidade de defesa dos direitos humanos, ligada à Cúria Metropolitana de São Paulo, vai entrar com uma ação judicial civil no fórum da cidade de Leme, a 176 quilômetros da capital, para tentar responsabilizar a PM e o governo paulista pelas mortes do bóia-fria Orlando Correia e da empregada doméstica Suely Aparecida Manoel no conflito entre grevistas e policiais no dia 11 de julho.

Na época, com base nos depoimentos de três testemunhas, posteriormente desmentidos e retificados, autoridades federais estaduais haviam acusado os ocupantes de um Opala oficial, a serviço de parlamentares do PT, como responsáveis pelos tiros que provocaram as duas vítimas. Ao anunciar ontem as medidas judiciais tomadas em nome dos parentes das vítimas, o advogado do Centro Santo Dias, Luís Eduardo Greenhalgh, disse: "Agora, não resta mais qualquer dúvida sobre a autoria dos disparos."

**Denúncia**

O advogado, que baseou a ação em cinco pontos, a partir dos depoimentos de testemunhas dos inquéritos abertos pelas polícias Civil, Militar e Federal, afirmou que a primeira-dama do estado, Lucy Montoro — mulher do governador Montoro —, e a do município de Leme, Virgínia Leme Franco (mulher do prefeito local), tentaram evitar que as famílias das vítimas recorressem à Justiça contra o governo estadual.

— As duas (d. Lucy Montoro e d. Virgínia) foram procurar as famílias das vítimas, desaconselhando-as de fazer isso, porque os advogados do Centro Santo Dias são todos do PT. E disseram que só dariam uma indenização às famílias se elas não apelassem ao Judiciário. Virgínia, a mulher do prefeito de Leme, deu cerca de Cz\$ 200 para cada família, em cheque. Um deles foi devolvido porque ela preencheu em cruzeiros, e não em cruzados. Dona Lucy chegou a dizer que naquele dia era aniversário do governador Montoro e ela estava lá em Leme só para prestar solidariedade às famílias. Depois disso, as famílias de Sibely e Orlando resolveram procurar a Cúria Metropolitana.

A primeira dama do estado, Lucy Montoro, negou ontem à noite que tivesse ido a Leme para oferecer dinheiro às famílias das vítimas do episódio do dia 11 de julho. Segundo ela, sua viagem a Leme, no dia 14 de julho, foi para levar um caminhão de mantimentos do Fundo de Solidariedade Social, entidade que preside, destinados a todas as pessoas necessitadas, em fundo da greve dos bóias-frias.

Nas visitas que fez aos parentes das vítimas, d. Lucy disse que se limitou a levar sua solidariedade e se colocar à disposição para ajudar no que fosse necessário. Afirmou, também, que não viu se a mulher do prefeito de Leme, Virgínia Leme Franco, deu algum cheque aos parentes das vítimas. Há algum tempo, lembrou que o jurista Hélio Bicudo havia feito afirmações no mesmo sentido e foi obrigado a se retratar. "Eu disse a ele: o senhor me conhece e à minha família há mais de 20 anos e sabe que nós seríamos incapazes de um gesto desses. Não sou uma pessoa qualquer. Sou a primeira dama do estado".

**Argumentos da ação**

Luís Eduardo Greenhalgh informou que a decisão de entrar na Justiça "para provar a responsabilidade da PM e, portanto, do governo" foi tomada pelas famílias após uma reunião, na Cúria Metropolitana, da qual participou também o jurista Hélio Bicudo.

Os cinco pontos em que se baseia a ação judicial do os seguintes:

1. "Nenhuma das mais de 180 pessoas já ouvidas até agora no inquérito da Polícia Civil acusa os parlamentares do PT que se encontravam em Leme (deputados federais Djalma Bom e José Genoíno Neto, além do estadual Anísio Batista) de qualquer responsabilidade no conflito".
2. "Todas as testemunhas afirmam que os carros a serviço dos deputados Djalma Bom e Anísio Batista só se movimentaram no local do incidente após o tiroteio, com o fim exclusivo de socorrer os feridos".
3. "Nenhum bóia-fria estava armado de revólver. Só depois de iniciado o tiroteio pela polícia, os grevistas correram para a linha de trem próxima e responderam com pedradas".
4. "Apenas os policiais militares estavam armados de revólveres e, mesmo assim, nem todos. Os policiais da tropa de choque não estavam armados".
5. "O ônibus com trabalhadores da Usina Cresciumal, cercado pelo piquete, foi submetido a perícia e o resultado da própria polícia foi negativo: os afundamentos encontrados foram provocados por pedras, e não por balas".

**(Página 8)**